



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
3ª REUNIÃO DE 2020 – 05/05/2020

PROPOSTA DE PAUTA

1. Pendências de reuniões anteriores	Identificador
1.1. Revisão da última ata de reunião.	
1.2. Governança do Sistema SIMBA. Proposta de ajuste (sobrestado)	3/2020
1.3. Avaliação proposta capacitação em gestão de projetos (PA. 502.489/2013-0) e aquisição de ferramenta de gestão de portfólio (PA. 503.200/2018-3) (sobrestado)	4/2020
1.4. Consolidação de Documentos de Oficialização de Demandas Orçamentárias (DDOs) - sobrestado	6/2020
1.5. Consolidação de Documentos de Oficialização de Demandas (DODs) - sobrestado	7/2020
2. Novos itens para análise e deliberação	Identificador
2.1.	
3. Outros assuntos	Identificador
3.1. Situação atual do Projeto AJ/JT. Informações sobre o planejamento do projeto.	
3.2. Situação do projeto de gravação audiovisual de audiências	
4. Gestão orçamentária	Identificador
4.1. Posição acerca da execução orçamentária	
5. Deliberações por FRAD	Identificador
5.1.	
6. Confirmação de Datas das próximas reuniões	Identificador



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho**
3ª REUNIÃO DE 2020 – 05/05/2020

ATA DE REUNIÃO		
Local	Data	Horário
Reunião virtual. <i>Google Meetings</i>	5/05/2020	15h30 às 16h00

No dia 5 de maio de 2020, das 16h00 às 17h00, por meio do aplicativo *Google Meetings*, ocorreu a 3ª Reunião de 2020 do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho (CGTIC-JT).

Estiveram presentes os seguintes membros do referido comitê:

Nome
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST Coordenador Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor da Presidência do TST
Cláudio Fontes Feijó Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação do TST
Márcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
3ª REUNIÃO DE 2020 – 05/05/2020

Após agradecer a presença de todos o Dr. Fabiano de Abreu Pfeilsticker, Coordenador do CGTIC-JT, encaminhou a discussão dos itens da pauta:

1. Pendências de reuniões anteriores

Item:	1.1. Revisão da última ata de reunião	ID	
Situação atual: Revisão da última ata.			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 3.2020): Nada a deliberar.			

Item:	1.2. Governança do sistema SIMBA - (sobrestado)	ID	3/2020
Situação atual: A SETIC/CSJT informa sobre a situação atual do SIMBA e a necessidade de ajustar a sua governança. Assim apresenta-se a matéria à análise e deliberação preliminar do CGTIC.			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 3.2020): O Comitê delibera por sugerir que a gestão do Sistema SIMBA e das demais ferramentas eletrônicas da execução (Bacenjud, Renajud, CCS etc) seja feita pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, considerando que todas elas têm pertinência com a prestação jurisdicional.			

Item:	1.3 Avaliação proposta capacitação em gestão de projetos (PA. 502.489/2013-0) e aquisição de ferramenta de gestão de portfólio (PA. 503.200/2018-3) - (sobrestado)	ID	4/2020
Situação atual: A SETIC informa sobre a situação atual de ações de capacitação em gestão de projetos e portfólio, sobrestadas anteriormente por conta das restrições orçamentárias. Assim apresenta-se a matéria à análise e deliberação preliminar do CGTIC.			
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 3.2020): O Comitê delibera por sugerir que as ações sejam tratadas separadamente, para melhor encaminhamento. No tocante à natureza das ações, o Comitê entende que essas necessidades são inerentes ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho e, portanto, devem estar dirigidas ao CSJT. Quanto à ação de realização de capacitação em gestão de projetos, o CGTIC-JT entende que o melhor encaminhamento dessa ação deva se dar por meio do diagnóstico/sistematização por parte da SETIC da necessidade e conteúdo apropriado da capacitação, bem como levante junte aos Tribunais profissionais que possam ministrar o treinamento em formato EAD. No tocante à proposta de aquisição de ferramenta de gestão de projetos e portfólio, o Comitê sugere que essa ação prossiga com o levantamento preliminar, por parte da SETIC, das ferramentas de gestão de projetos e portfólio existentes nos Tribunais, para que o assunto retorne ao Comitê			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
3ª REUNIÃO DE 2020 – 05/05/2020

oportunamente para deliberação.

Item:	1.4 Consolidação de Documentos de Oficialização de Demandas Orçamentárias (DDOs) - (sobrestado)	ID	6/2020
-------	---	----	--------

Situação atual: A SETIC apresentou a consolidação da demanda orçamentária encaminhada pelos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio dos respectivos Documentos de Oficialização de Demandas Orçamentárias (DDOs), para custeio de ações de TI com aporte de recursos do CSJT no exercício de 2020. Assim apresenta-se a matéria à análise e deliberação preliminar do CGTIC.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 3.2020): O Comitê delibera por indeferir de plano o custeio das demandas orçamentárias que tratem de itens orçamentários obrigatórios, na forma do Ato CSJT n. 71/2018. No tocante às demandas que não se enquadrem nesses itens, o CGTIC delibera que a análise seja sobrestada até o final de junho de 2020, quando então acredita que poderá ter melhor previsibilidade do retorno do trabalho presencial e, conseqüentemente, providenciar eventual replanejamento da execução do orçamento de 2020 de forma a contemplar alguma das ações relacionadas.

Item:	1.5 Consolidação de Documentos de Oficialização de Demandas (DODs) - (sobrestado)	ID	7/2020
-------	---	----	--------

Situação atual: A SETIC apresentou a consolidação da demanda encaminhada pelos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio dos respectivos Documentos de Oficialização de Demandas (DODs), para prosseguimento do planejamento de contratações de TI com sinalização de possibilidade de aporte de recursos do CSJT. Assim apresenta-se a matéria à análise e deliberação preliminar do CGTIC.

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 3.2020): O Comitê delibera por indeferir o aporte de recursos voltados ao custeio de demandas que tratem de itens orçamentários obrigatórios, na forma do Ato CSJT n. 71/2018. Quanto aos demais itens classificados como demanda Nacional, o CGTIC sugere o prosseguimento das ações visando à realização de procedimento licitatório para registro de preços, recomendando que o respectivo Tribunal permita o registro da intenção de participação por parte dos Tribunais Regionais e o próprio TST, ressalvando que eventual contratação dependerá da disponibilidade de recursos orçamentários do CSJT, bem como de deliberação futura e específica pelo CGTIC acerca de descentralização orçamentária para custeá-la.

2. Novos itens para análise e deliberação:

Item:	2.1 Sem itens para avaliar.	ID	8/2020
-------	-----------------------------	----	--------

Situação atual: n/a

Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 3.2020): n/a.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
3ª REUNIÃO DE 2020 – 05/05/2020

3. Outros assuntos

Item:	3.1 Situação atual do Projeto AJ/JT. Informações sobre o planejamento atual do projeto.
--------------	--

O CSJT vem se reportando ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acerca das intimações feitas em face da Resolução CNJ 233/2016 (Banco de Peritos), por se tratar de um projeto nacional. A SGRCSJT informa que além das questões de cadastro e designação, típicas de TI, há elementos sistêmicos pertinentes à matéria (edital, auditoria, gestão financeira de honorários, orientação uniforme), pendentes ainda de definição e informação para os Tribunais.

Diante disso, o CSJT informa que a implementação dos requisitos dessa Resolução é uma iniciativa nacional e que possui integração com o Sistema PJe e o Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT). Ademais, o Comitê sugere que tal informação seja encaminhada ao CNJ, com cópia para os TRTs, relacionando também aqueles tribunais que optaram por utilizar sistema diverso do nacional, cuja homologação por meio de piloto no TRT da 3ª Região, segue cronograma de projeto estabelecido e supervisionado pelo CSJT.

Item:	3.2 Situação do projeto de gravação audiovisual de audiências
--------------	--

No início de 2020, ainda na administração do Ex.mo Ministro Brito Pereira, a Corregedoria-Geral solicitou da SETIC/CSJT informações sobre o projeto de gravação audiovisual de audiências, em face de um ofício encaminhado pelo TRT da 12ª Região. A SETIC prestou as informações solicitadas, através de correio eletrônico, informando que a ação foi inicialmente autorizada pelo CGTIC-JT em 2018, mas que por absoluta falta de recursos orçamentários, compatíveis com o custeio de soluções dessa natureza, a Presidência do CSJT à época decidiu por sobrestar tal ação. A SETIC acrescentou ainda que essa nova diretriz foi informada ao TRT4, em resposta à uma consulta formulada na mesma direção, nos termos do ofício CSJT.GP.SG.SETIC n. 19/2019. Diante das informações prestadas, o CGTIC-JT sugere que o CSJT recomende a padronização da realização e gravação de audiências, por meio do Sistema Webex (CNJ), o *Google Meeting* para os TRTs que têm a solução *Gsuite* contratada ou *software* equivalente. Em ambos os casos o Sistema AUD 4.0 deve ser utilizado, pois ele dispensa o uso local do Sistema e de VPN também. Quanto à gravação das audiências, o Comitê sugere que o CSJT recomende imediatamente a utilização do Sistema PJe Mídias (arquivos de áudio e vídeo), pelo prazo de 6 meses. Para utilização depois de decorrido esse prazo, o Comitê sugere que o CSJT consulte formalmente o CNJ a fim de verificar a possibilidade de manter os arquivos em seu ambiente, prestar serviço de suporte para o PJe Mídias, bem como custear a manutenção dos arquivos armazenados, sem tempo determinado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho
3ª REUNIÃO DE 2020 – 05/05/2020

4. Gestão orçamentária

Item:	4.1 Posição acerca da execução orçamentária	ID	na
Encaminhamento CGTIC-JT (Reunião 3.2020): O Comitê receberá por correio eletrônico a informação da execução orçamentária e o saldo disponível no projeto nacional de TI para o exercício.			

5. Deliberações por FRAD

Item:	5.1 Registros	ID	
5.1. Não houve.			

6. Confirmação das datas das próximas reuniões

- 25 de junho de 2020 (provisória)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
**Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
da Justiça do Trabalho**
3ª REUNIÃO DE 2020 – 05/05/2020

A ata foi submetida aos membros do comitê, que a aprovaram.

Nome	Assinatura
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST Coordenador Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor da Presidência do TST	
Cláudio Fontes Feijó Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação do TST	
Marcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região	

Ciente em de maio de 2020.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente